

TEOLOGIA PÚBLICA, DECOLONIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO: APORTES PARA UMA ÉTICA ECOLÓGICA INCLUSIVA

PUBLIC THEOLOGY, DECOLONIZATION AND RELIGIOUS PLURALISM:
CONTRIBUTIONS TO AN INCLUSIVE ECOLOGICAL ETHICS

TEOLOGÍA PÚBLICA, DESCOLONIZACIÓN Y PLURALISMO RELIGIOSO:
CONTRIBUCIONES A UNA ÉTICA ECOLÓGICA INCLUSIVA

Nadi Maria de Almeida

- Doutora e Mestra em teologia como foco em Missão ad gentes (África) e Decolonização, pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Pós-doutoranda em teologia (em andamento) com Bolsa - CAPES. Pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Graduação: Licenciatura em Letra e português, Licenciatura em Ciências Religiosas, MBA em Teologia, Bacharelado em Relações internacionais. Especializações: Em teologia da missão. Em Metodologia do Ensino na Educação Superior. Em Ensino de professores para EAD.
- E-mail: nadinadimaria@gmail.com

RESUMO

Este artigo explora as interseções entre teologia pública, decolonização e pluralismo religioso na construção de uma ética ecológica inclusiva. Partindo da crítica às matrizes coloniais que moldaram o pensamento teológico e ambiental, propõe-se um olhar para diferentes tradições religiosas, bem como saberes indígenas e afrodescendentes, como forma de promover uma espiritualidade comprometida com a justiça socioambiental. A abordagem destaca o papel das três áreas em questão no enfrentamento da crise ecológica contemporânea, enfatizando a necessidade de um engajamento coletivo para um futuro sustentável. Aporta como a teologia pública pode contribuir para a decolonização das perspectivas ambientais predadoras, reconhecendo a riqueza dos saberes indígenas e das espiritualidades marginalizadas e como o pluralismo religioso oferece visões complementares sobre a responsabilidade ecológica, promovendo um engajamento coletivo para a preservação do planeta. A partir da articulação desses três eixos, o texto propõe que a construção de uma ética ecológica inclusiva demanda conversão espiritual, transformação epistemológica e política, capaz de religar fé, território e justiça socioambiental.

Palavras-chave: Teologia pública; ética ecológica; decolonialidade; pluralismo religioso; justiça socioambiental.

ABSTRACT

This article explores the intersections between public theology, decolonization, and religious pluralism in the construction of inclusive ecological ethics. Starting from a critique of the colonial matrices that have shaped theological and environmental thought, this perspective proposes valuing different religious traditions, as well as Indigenous and Afro-descendant knowledge systems, to foster a spirituality committed to socio-environmental justice. The approach highlights the role of these three areas in addressing contemporary ecological crises, emphasizing the need for collective engagement toward a sustainable future. It examines how public theology can contribute to the decolonization of predatory environmental perspectives by recognizing the richness of Indigenous knowledge and marginalized spiritualities, and how religious pluralism offers complementary visions of ecological responsibility, promoting joint efforts in the preservation of the planet. Through the articulation of these three dimensions, the text argues that the construction of inclusive ecological ethics requires spiritual conversion, as well as epistemological and political transformation, capable of reconnecting faith, territory, and socio-environmental justice.

Keywords: Public theology; ecological ethics; decoloniality; religious pluralism; environmental justice.

RESUMEN

Este artículo explora las intersecciones entre la teología pública, la descolonización y el pluralismo religioso en la construcción de una ética ecológica inclusiva. A partir de una crítica a las matrizes coloniales que moldearon el pensamiento teológico y ambiental, propone una mirada a diferentes tradiciones religiosas, así como al conocimiento indígena y afrodescendiente, como una forma de promover una espiritualidad comprometida con la justicia socioambiental. El enfoque destaca el papel de las tres áreas en cuestión para afrontar la crisis ecológica contemporánea, enfatizando la necesidad de un compromiso colectivo para un futuro sostenible. Muestra cómo la teología pública puede contribuir a la descolonización de las perspectivas ambientales depredadoras, reconociendo la riqueza del conocimiento indígena y las espiritualidades marginadas, y cómo el pluralismo religioso ofrece visiones complementarias sobre la responsabilidad ecológica, promoviendo el compromiso colectivo para la preservación del planeta. A partir de la articulación de estos tres ejes, el texto propone que la construcción de una ética ecológica inclusiva exige conversión espiritual y transformación epistemológica y política, capaces de reconectar la fe, el territorio y la justicia socioambiental.

Palabras clave: Teología pública; ética ecológica; decolonialidad; pluralismo religioso; justicia socioambiental.

INTRODUÇÃO

As questões ecológicas despertam preocupação global, incentivando iniciativas para a conservação do meio ambiente e o combate às mudanças climáticas. O crescente debate sobre questões ecológicas reflete a necessidade urgente de ações para proteger a biodiversidade e garantir um futuro sustentável. São questões de grande interesse e preocupação para a teologia pública, o pensamento decolonial e o pluralismo religioso, pois envolvem a relação entre espiritualidade, justiça social e preservação ambiental, da “casa comum”. Cada uma dessas abordagens trabalha de maneira própria para enfrentar os desafios ecológicos contemporâneos.

A questão que envolve a curiosidade desse trabalho busca trazer demandas ecológicas gritantes relacionadas ao social, à fé, à ética e à justiça. Quer envolver num debate o compromisso da teologia pública, os pensamentos decoloniais e a teologia do pluralismo religioso com suas respectivas abordagens relacionadas especificamente às questões que envolvem a vida e o meio ambiente de maneira que possam influenciar políticas e práticas sustentáveis. Considerando que a crise ecológica global é uma das questões mais urgentes da atualidade, e que está exigindo respostas amplas e interdisciplinares.

Embora muitas reflexões sejam desenvolvidas a partir das ciências ambientais e sociais, há um crescente reconhecimento do papel das religiões na formulação de uma ética ecológica inclusiva. Neste contexto, a teologia pública surge como um campo essencial para conectar fé e ação política, promovendo uma espiritualidade engajada na transformação social.

Não obstante, a decolonização do pensamento teológico busca desmontar estruturas coloniais que historicamente marginalizaram cosmovisões não ocidentais, permitindo um diálogo mais amplo entre diferentes tradições religiosas e saberes locais, levando em conta o quanto estes contribuem para preservação da natureza. Nesse quesito, o pluralismo religioso, por sua vez, propicia um espaço de aprendizado mútuo, no qual diversas perspectivas podem contribuir para a construção de uma ética ecológica que reconhece a interdependência entre seres humanos e meio ambiente.

Assim, este artigo objetiva buscar os aportes da teologia pública, as contribuições dos pensamentos decoloniais e da teologia do pluralismo religioso para uma ética ecológica inclusiva. Respondendo questões relacionadas à ecologia e à ética religiosa em primeiro lugar busca apontar a responsabilidade ecológica da teologia pública e que compromisso isso acarreta. Em segundo lugar, assinala a crucialidade de decolonizar o pensamento teológico tradicional, uma vez que este, em muitos casos, reproduz resquícios eurocêntricos e patriarcais. Em terceiro lugar abaliza a essencialidade e importância da pluralidade religiosa, considerada do ponto de vista da teologia do pluralismo religioso para a construção de uma ética ecológica inclusiva. Por fim aponta a importância do diálogo entre teologia pública, decolonização e pluralismo religioso como essencial para a construção de uma ética ecológica inclusiva, pois permite repensar a relação entre espiritualidade, justiça social e cuidado com o meio ambiente.

TEOLOGIA PÚBLICA E A RESPONSABILIDADE ECOLÓGICA

A teologia pública tem como compromisso buscar conectar a fé com questões sociais e políticas, o que inclui a crise ambiental. Para isso, é mandatório que ela enfatize a responsabilidade coletiva das comunidades religiosas na preservação do meio ambiente e na promoção da justiça ecológica. Algumas formas de atuação, que, podem incluir, por exemplo, a reinterpretção dos textos sagrados para destacar a importância do cuidado com a criação; a mobilização de comunidades religiosas para ações sustentáveis, como reflorestamento e consumo consciente; instigar o diálogo inter-religioso para fortalecer iniciativas ecológicas globais, entre outros. Contudo Ribeiro; Wolff, (2025, s.p.) observam que

As diferentes tradições religiosas buscam responder tais questões dentro de um variado leque de possibilidades. No entanto, causa perplexidade o fato de que a vivência religiosa não influi decisivamente para a superação dos dramas sociais como a fome, a violência, a xenofobia, o feminicídio, a gravidade das questões ecológicas, entre outros. Ou seja, a vinculação religiosa não incide para mudanças nas estruturas sociopolíticas que sustentam relações injustas nas sociedades atuais.

Logo, um questionamento e um campo para teologia pública em conexão com os aportes dos pensamentos decoloniais e do pluralismo religioso, podem contribuir para uma aceleração de uma atuação concreta, *in loco*.

No contexto da ética ecológica, a teologia pública tem potencial para conscientizar comunidades religiosas sobre sua responsabilidade ambiental. Pode desempenhar um papel crucial na conscientização das comunidades religiosas sobre sua responsabilidade ambiental, promovendo um engajamento ativo na preservação do planeta. É capaz de ajudar a reinterpretar narrativas religiosas tradicionais à luz da crise ecológica. Pois, muitas tradições religiosas possuem ensinamentos que enfatizam o cuidado com a criação, a responsabilidade coletiva e a harmonia entre os seres vivos. Ao destacar esses princípios, os líderes religiosos podem reforçar a necessidade de um compromisso ambiental. Promovendo estudos bíblicos abordando temas como ecologia, sustentabilidade e justiça ambiental. Cursos e eventos que ensinam práticas ecológicas sustentáveis, como redução do consumo de recursos naturais e reciclagem. Publicações e materiais educativos sobre a relação entre espiritualidade e responsabilidade ambiental, nas mais diversas comunidades. Engajamento em Projetos Socioambientais com apoio a iniciativas de reflorestamento e preservação de biomas locais. E, ainda fazer parcerias com organizações ambientais para criar programas educativos e de ação comunitária. Mobilizar para políticas públicas sustentáveis, incentivando as comunidades religiosas a participarem de debates e decisões governamentais. Engajar-se em diálogo Inter-religioso sobre sustentabilidade promovendo diálogos entre diferentes tradições religiosas. Além disso, a teologia pública pode fortalecer redes de cooperação ambiental. Buscar religiões que possuem valores e práticas ecológicas que, ao serem compartilhadas, enriquecem a compreensão e aplicação de uma ética ecológica inclusiva.

Zeferino, Colet e Villas Boas (2019, p. 15) apontam para necessidade da “relação entre teologia e ecologia integral” a qual “passa, impreterivelmente, pelos habitantes da casa comum, dizendo respeito, portanto aos direitos humanos e da Terra”. Assim, o ponto da “ecologia integral” a qual se refere Francisco na encíclica *Laudato Si'* aponta para

uma estreita e conexa relação entre natureza, ser humano e sociedade, de modo que a sensibilidade ecológica presente junto às tradições religiosas apresenta vias de aproximação e diálogo com os princípios éticos e sociais que plasmam o debate e a luta dos organismos engajados na promoção e defesa de direitos (Zeferino; Colet; Villas Boas, 2019, p. 15).

Portanto, é uma demanda crucial e vital promover e implantar práticas ecológicas, iniciando dentro das comunidades religiosas, na academia e na sociedade (público amplo da teologia pública), instigando lideranças a adotarem princípios ecológicos como o incentivo ao uso de materiais sustentáveis, entre outros, nesses ambientes. Seja em rituais e celebrações, a reduzir desperdício de recursos naturais em espaços religiosos, escolares e sociais. Promovendo a criação de hortas comunitária e incentivo à alimentação consciente, sem desperdício, a reciclagem, e a preservação do ambiente e da vida. Assim, unindo fé e ação comunitária, social e ecológica, a teologia pública pode transformar comunidades em ambientes religiosos, acadêmicos e sociais em agentes ativos na preservação ambiental e fortalecer a atuação de instituições religiosas e leigas na defesa de políticas sustentáveis. Adicionalmente, pode também organizar debates inter-religiosos, interdisciplinares, sobre justiça socioambiental.¹

A teologia pública entende que a preservação ambiental não é apenas uma questão técnica, mas também moral e espiritual. O Papa Francisco, na encíclica *Laudato Si'*, destaca que o cuidado com a criação é um dever ético e religioso, chamando as comunidades de fé a assumirem um papel ativo na defesa do meio ambiente. Além disso, teólogos como Sinivaldo Tavares (2022, p. 421-422) exploram a relação entre ecologia e decolonialidade, mostrando como a espiritualidade pode contribuir para uma visão mais sustentável do mundo. O autor propõe uma abordagem decolonial do antropocentrismo que desafia os dualismos modernos: Natureza/culturas e humanos/não-humanos, e, em lugar deles, favoreça relações de pertença, interação e cuidado com todas as expressões de vida do planeta: humanos, seres vivos e entes que povoam o cosmos. Tavares (2022) propõe romper com a lógica colonial que separa o ser humano da natureza, resgatando a relação espiritual de cuidado e pertença com todo o cosmos. Além disso,

¹ Iniciativas como o *GreenFaith* e o movimento *Laudato Si'* são exemplos de como a espiritualidade pode promover a preservação do meio ambiente, incentivando práticas sustentáveis dentro das comunidades religiosas.

Tavares (2019, p. 35), faz a conexão com espiritualidade quando apresenta a ecologia integral como uma resposta de fé capaz de reconhecer “a natureza misteriosa e complexa do real” e destaca a necessidade de “práticas e saberes integrais” que correspondam ao cuidado ecológico enraizados na fé. Essa perspectiva expressa como a espiritualidade, especialmente a partir da fé cristã decolonizada, pode fundamentar uma visão de cuidado sustentável e integrada, superando paradigmas dialéticas coloniais.

Nesse sentido, a teologia pública e questões ambientais estão ultimamente cada vez mais interligadas, de maneira especial no contexto atual de mudanças climáticas e crise ecológica, pois a situação é gritante e demanda socorro urgente. Assim sendo, esses temas começam e devem ser abordados e pela teologia pública de maneira crucial. Não subestimando também o reconhecimento de todos os outros seres do mundo animal e dos biomas e componentes ambientais como sujeitos de direito.

A encíclica “*Laudato Si*”, do Papa Francisco, por exemplo, é um documento importante que trata da interconexão entre a natureza e a sociedade humana, chamando a atenção para a necessidade de cuidar da “casa comum”. Portanto, é crucial para a teologia abordar essas questões, procurando encontrar um equilíbrio entre a fé e a responsabilidade ambiental. Nos Cadernos teológicos de teologia pública da UNISINOS n. 110, v. 13 2016, Frei Gilmar Zampiere “faz uma leitura crítica da encíclica *Laudato Si*, do Papa Francisco, mostrando o alcance da ecologia integral e os seus limites quando se pensa uma questão específica como é o caso dos animais e seus direitos”. Zampiere lembra que “entre os humanos e o meio ambiente, há os animais”.

O reconhecimento de outros seres, como *pets* e rios, como sujeitos de direitos é uma área que tem sido abordada pela Teologia Ecológica desenvolvida por teólogos como Leonardo Boff e Jürgen Moltmann, que discutem a interdependência de todas as coisas vivas e a responsabilidade humana de cuidar do meio ambiente.

[...] as teologias que tratam de lutas públicas, como a teologia da libertação Latino-americana, teologia negra, teologia feminista, teologia ‘Kairos’ (na África do Sul) – na verdade tratam-se de teologias públicas, englobadas sob a rubrica de teologia pública, que nesse caso funciona como termo guarda-chuva (Caldas, 2016, p. 49).

Também a Teologia Ecosofística e a Teologia Ecofeminista exploram essas questões, propondo uma visão mais inclusiva e ética em relação à natureza e aos seres vivos. Trabalhos que destacam a importância de reconhecer e respeitar os direitos de todos os seres, promovendo uma ética ambiental que busca a sustentabilidade e a justiça social. A teologia pública deve estar atenta a esse detalhe de ir além do antropocentrismo, quando se trata de defesa e preservação do ecossistema.

É relevante ressaltar que não se encontra muito material de teóricos da teologia pública tratando do tema específico da ecologia. O trabalho em teologia pública frequentemente aborda justiça social, cidadania e contexto, sem se aprofundar especificamente em temas ecológicos. Portanto, é necessário apontar que a teologia pública tem potencial e deve dialogar com múltiplos desafios contemporâneos, incluindo o cuidado com o meio ambiente, como parte de seu compromisso com o bem-estar coletivo.

Nota-se que a teologia pública tem como propósito atuar segundo realidades e contexto em que atua, e como os contextos variam essa precisa consequentemente, se ajustar segundo o terreno que está atuando. Segundo Carlos Caldas (2016, p. 291), as teologias que tratam de “questões religiosas à esfera pública”, não são apenas contextualizadas, mas variam segundo os contextos conectados as suas mudanças. Na academia, a teologia pública busca dialogar com outras disciplinas e com a sociedade civil para promover uma compreensão mais ampla e inclusiva dos desafios sociais, políticos, culturais e aos poucos incluindo, ambientais.

No entanto, ainda que escassos, materiais escritos relacionando teologia pública e ecologia, ultimamente estão mais presentes nos debates. Um exemplo bem atual foi a série de palestras “*International Lecture Series 2025*” organizado pelas Universidades de Tübingen, Edimburgo, Stellenbosch, Ateneo de Manila, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Vrije Universiteit Amsterdam, Universidade de Lund, Universidade de

Graz e Universidade Católica Portuguesa; organizadas para discutir a teologia pública e política em um mundo em risco, abordando temas como mudanças climáticas e desigualdades sociais (ANPTECRE, 2025).²

As alterações climáticas, o aquecimento global, as catástrofes ambientais, a intensificação das desigualdades sociais e o impacto cada vez maior da atividade humana na saúde do planeta chamam a atenção de estudiosos de várias disciplinas. Esta nova etapa da vida da humanidade, é um grande desafio para as teologias públicas e políticas. A interação da teologia com as ideias de desenvolvimento, economia, sustentabilidade, pobreza, desigualdade e injustiça climática são questões a serem examinadas, sempre considerando suas dimensões políticas, religiosas, históricas e sociais. Para refletir este cenário, a próxima edição da International Lecture Series reúne investigadores de diferentes áreas que trabalham sobre estas questões prementes, com o objetivo de aprofundar ferramentas analíticas e imaginar futuros possíveis para a humanidade e a casa comum (ANPTECRE, Notícias, 13, Fev., 2025).

Logo, é preciso destacar a importância de reconhecer e respeitar os direitos de todos os seres, promovendo uma ética ambiental que busca a sustentabilidade e a justiça social que vá além do antropocentrismo.

O convite, feito pelo Papa Francisco em sua encíclica *Laudato Si*, ressalta que a crise ambiental não é apenas uma questão ecológica, mas também uma questão social e humana, com profundas raízes em nosso modo de vida e nas relações que estabelecemos com a natureza e entre nós.

Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós. [...]. As atitudes que dificultam os caminhos de solução, mesmo entre os crentes, vão da negação do problema à indiferença, à resignação acomodada ou à confiança cega nas soluções técnicas. Precisamos de nova solidariedade universal [...]. Todos podemos colaborar, como instrumentos de Deus, no cuidado da criação, cada um a partir da sua cultura, experiência, iniciativas e capacidades. Precisamos de nova solidariedade universal (Francisco 2015, n. 14).

Portanto, é preciso somar forças para moldar cada um e todos na formação de uma sociedade ecológica sustentável global baseada no respeito para com toda a criação. Uma humanidade zelosa pela natureza, que respeite os direitos humanos universais, busque e dê testemunho da justiça social e econômica construindo a cada dia uma cultura da paz, amor e harmonia com cada um e com o cosmos. Para chegar a este propósito, é imperativo a responsabilidade uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações. É também necessário decolonizar pensamentos, atitudes e ações.

DECOLONIZAÇÃO DO PENSAMENTO TEOLÓGICO PARA ÉTICA ECOLÓGICA

Historicamente, a teologia ocidental tem sido marcada por perspectivas eurocêntricas que frequentemente ignoram ou subjugam outras cosmovisões. A decolonização do pensamento teológico busca romper com essas estruturas, promovendo um reconhecimento da diversidade de saberes religiosos, especialmente os que emergem das tradições indígenas, africanas e asiáticas.

O pensamento decolonial critica a visão eurocêntrica e antropocêntrica que historicamente marginalizou saberes indígenas e afrodescendentes sobre a natureza. Nesse sentido propõe, reconhecimento das cosmologias indígenas, que veem a natureza como um ser vivo e interconectado, recomenda a desconstrução da exploração ambiental promovida

² Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Teologia - ANPTECRE, Notícias, 13, Fev., 2025.

por modelos coloniais de desenvolvimento e a valorização de epistemologias tradicionais, que oferecem alternativas sustentáveis para a relação entre humanos e meio ambiente.

Logo, critica a centralidade humana e estimula a inclusão de saberes não ocidentais, reforçando uma ecoteologia encarnacional.

A teoria decolonial é chamada a testar os seus pressupostos centrados no ser humano, a adotar perspectivas pós-antropocêntricas e a incluir a natureza não humana na sua crítica da violência epistêmica e da “razão ocidental”. A ecojustiça é uma tarefa que liga o compromisso central pós/decolonial com a justiça e a libertação com os desafios ecológicos (Claudia Jahnel; Bochum, 2023, p. 1, tradução nossa).

Também Marilú Salazar (2018), aponta para uma teologia que reconhece a divindade em todas as criaturas, em diálogo com saberes ancestrais não eurocêtricos.

Grande parte da teologia cristã [...] foi uma fonte primária para justificar a dominação dos povos indígenas [...] A colonização da riqueza espiritual andou de mãos dadas com a destruição do conhecimento ancestral... Por esta razão, descolonizar epistemologias e as teologias que as fundamentam é urgente e necessário no Sul Global (Marilú Salazar, 2018, p. 92).

Logo, é necessário recusar todo conhecimento único e valorizar o diálogo intercultural como base ética. No campo da ética ecológica, o pensamento decolonial – juntamente com a teologia do Pluralismo Religioso – têm muito a contribuir para valorizar cosmologias indígenas que enfatizam a interconectividade dos seres vivos; para revisar narrativas teológicas que sustentam uma visão antropocêntrica e exploratória da natureza, para incluir epistemologias não ocidentais no debate sobre justiça ecológica, entre outras contribuições.

Autores como Ivone Gebara e Leonardo Boff argumentam que a teologia da libertação pode dialogar com perspectivas decoloniais, oferecendo uma visão mais integrada e holística da relação entre espiritualidade e ecologia. Nesse sentido, a teologia pública em diálogo com os pensamentos decoloniais, pode tomar uma postura decolonial e decolonizadora. Ela pode desempenhar um papel fundamental na decolonização das perspectivas cristãs tradicionais, promovendo um diálogo mais inclusivo e reconhecendo a riqueza dos saberes indígena e das espiritualidades marginalizadas, reforçar a necessidade de reconhecer saberes locais e não hierarquizar epistemologias, e assim agir diferente das epistemologias teológicas eurocêtricas.

A decolonialidade do saber propõe uma ruptura com a matriz colonial que impôs uma visão utilitarista da natureza. Segundo Boaventura de Sousa Santos (2010), a ecologia dos saberes permite que conhecimentos tradicionais sejam reconhecidos como formas legítimas de produção de conhecimento. Essa abordagem fortalece a ideia de que a teologia deve dialogar com essas cosmologias para construir uma ética ecológica mais inclusiva.

Assumindo as vivências e experiências sociais enquanto práticas e exercício de Ecologias de Saberes, constituem determinante para pensarmos a produção e a valorização desses conhecimentos e saberes, num exercício decolonizador dos marcadores sociais, jurídicos, políticos e institucionais (Silva, 2022, p. 363).

Por conseguinte, a decolonização da teologia é um trabalho de ruptura com paradigmas eurocêtricos e de busca pela valorização e reconhecimento de saberes indígenas e afrodescendentes, que tradicionalmente enxergam a natureza como um ser vivo e sagrado.

Assim sendo, a posição da teologia pública deve ser de uma teologia decolonizada e decolonial, que busca abrir espaço para novas formas de enunciação da fé, reconhecendo a importância dos saberes ancestrais na construção de uma ética ecológica, tão necessitada na conjuntura atual. Uma perspectiva que é reforçada por estudos sobre

epistemologias do Sul, que defendem a valorização de conhecimentos marginalizados na formulação de políticas ambientais. Segundo Carlos Cunha (2021),

o diálogo entre a teologia e o pensamento decolonial está restrito aos ambientes acadêmicos de forma tímida e embrionária. As teorias da decolonialidade carecem de aprofundamento por parte de uma teologia que almeje diálogos pertinentes para a construção de outro mundo possível (Cunha, 2021, p. 132).

Cunha (2021, p. 132) propõe “um fazer decolonial capaz de efetivar uma libertação genuína” da teologia e das epistemologias do sul. Logo, a pertinência do diálogo e *práxis* entre teologia e o pensamento decolonial. O autor faz provocações à teologia para o encontro e *práxis* juntamente conectada “com outras áreas do conhecimento, visando uma tarefa pública e pertinente”.

A crítica decolonial combate o eurocentrismo e a hegemonia do conhecimento ocidental, branco, patriarcal e cristão, propondo uma visão mais inclusiva e diversa da história e da sociedade. Conecta e une forças em busca de recuperar e revalorizar as identidades, tradições, culturas e conhecimentos dos povos colonizados, para trazer e fortalecer a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a equidade em todos os sentidos.

Os decoloniais defendem a igualdade de oportunidades e direitos para todos, independentemente de sua origem, identidade ou crenças, e trabalham para a erradicação das desigualdades sistêmicas. Promovem a sustentabilidade por meio da promoção de práticas e políticas que respeitem o meio ambiente e garantam o bem-estar das gerações presentes e futuras, equilibrando o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental. Uma visão decolonial integra a crítica social com a busca por uma sociedade mais justa e inclusiva que respeita a autonomia dos povos e aprecia a pluralidade da criação.

Contudo, Leff (2001, p. 176) lembra que “a crise ambiental é uma crise da racionalidade moderna, que impôs uma relação de dominação e exploração da natureza”. Portanto, para superar esta crise será necessário “construir novas racionalidades sustentadas em saberes locais, cosmovisões indígenas e outras formas de relação com a natureza.” A ética ecológica está conectada com a justiça ecológica e social, logo inclui afrontar raízes estruturais que provocam exploração e destruição da terra e de toda criação.

Em linhas gerais, os decoloniais valorizam e incentivam o diálogo intercultural como troca de experiências entre diferentes culturas e tradições, buscando uma compreensão mais profunda e respeitosa das diferenças. E, são bastante críticos à hegemonia religiosa e cultural.

Em suma, a decolonização do pensamento teológico constitui um passo fundamental para a construção de uma ética ecológica mais inclusiva, plural e contextualizada. Superar os paradigmas coloniais implica reconhecer que a crise ambiental não é apenas uma emergência natural, mas também o resultado de um modelo civilizatório que historicamente separou, hierarquizou e explorou a relação entre seres humanos e natureza. Como destaca Leff (2001), trata-se de uma crise da racionalidade moderna que exige novas formas de conhecimento e de relação com o mundo, sustentadas em saberes locais, cosmovisões indígenas e espiritualidades não ocidentais. Nesse horizonte, a teologia precisa abrir-se ao diálogo com as epistemologias do Sul, com as práticas de resistência dos povos originários e com as éticas comunitárias, promovendo uma reinterpretação dos fundamentos da fé à luz da justiça ecológica e da dignidade da criação. Assim, a decolonização teológica deixa de ser apenas uma crítica ao passado para tornar-se um caminho ético e espiritual capaz de contribuir efetivamente para a superação das causas estruturais da crise socioambiental contemporânea. A teologia pública é uma esperança, e uma vez que se propõe a sair, evidentemente se coloca em uma posição decolonial, ética e democrática. Na atualidade isso, porém, se dá num contexto marcado pela pluralidade cultural e religiosa.

PLURALISMO RELIGIOSO E ECOLOGIA

A teologia do Pluralismo Religioso é uma abordagem que reconhece a diversidade das religiões e a igualdade de direito entre elas, destacando que nenhuma religião é superior à outra e que todas elas igualmente carregam verdades. Enfatiza o respeito mútuo, a acolhida, o diálogo, a tolerância e a coexistência pacífica entre as diferentes tradições religiosas. Pois “cada religião mantém sua própria unicidade, a qual se desenvolve no mais profundo da relação com as outras religiões em mútua dependência” (Knitter, 2002, p. 9). Destarte, o primeiro objetivo da teologia do pluralismo religioso é o reconhecimento das

outras religiões e o respeito mútuo. O Espírito não é limitado a uma religião, mas opera por meio das diferentes religiões e culturas. Afinal “o que é espiritual sempre vem da mesma fonte Divina” (Swidler, 1988, p. 38).

O pluralismo, um fenômeno que se intensificou com a modernidade, desafia as pessoas a conviverem de forma respeitosa com diferentes crenças e cosmovisões de mundo. A modernidade trouxe consigo a secularização e a laicização do Estado, permitindo uma maior liberdade religiosa e a valorização de diversas manifestações religiosas. “A modernidade incitou um fenômeno social que desencadeou o processo de pluralidade, transformando o comportamento dos homens na sociedade” (Gomes; Souza, 2013, p. 2).

O pluralismo religioso permite que diferentes tradições compartilhem suas visões sobre ecologia e espiritualidade. Muitas religiões possuem ensinamentos que enfatizam a harmonia com a natureza, como a espiritualidades dos povos indígenas, que veem a terra como sagrada e enfatizam a reciprocidade com o meio ambiente. As religiões africanas e afro-brasileiras que possuem ensinamentos que enfatizam a harmonia com a natureza, e muitas delas são fundamentadas em uma visão interconectada do mundo, onde os seres humanos, os elementos naturais e os espíritos coexistem em equilíbrio.

Os saberes indígenas e afrodescendentes oferecem uma visão holística da existência, onde a natureza não é apenas um recurso, mas um ente vivo e sagrado. Muitas tradições indígenas consideram a terra como um ser espiritual, e suas práticas religiosas envolvem rituais de respeito e reciprocidade com o meio ambiente. Da mesma forma, religiões afro-brasileiras, como o Candomblé e a Umbanda, possuem uma cosmologia que valoriza os elementos naturais e os seus Orixás, que representam forças da natureza. Como afirma Andreia Ciminelli (2021, p. 130), “para os povos indígenas e comunidades tradicionais, a natureza é vista como sujeito de direitos e espaço de relações espirituais e afetivas [...], estabelecendo-se uma ética da reciprocidade.” Essa visão de reciprocidade e respeito à natureza também é reforçada por Krenak (2019), que denuncia a separação moderna entre humanidade e Terra. Para ele, “a Terra é um ser vivo” que precisa ser reconhecido como sujeito de direitos e cuidado. Da mesma forma, Kopenawa e Albert (2015) traduzem a espiritualidade yanomami como um chamado ético para proteger a floresta e todos os seres vivos: “A terra é nossa mãe... os Xamãs cantam para proteger a floresta, os rios, os animais e os humanos.” Complementando essa perspectiva, Ivone Gebara (2000) afirma que uma ética ecológica decolonial nasce da experiência concreta de grupos historicamente marginalizados, propondo uma relação com a natureza baseada em cuidado, não em dominação.

Portanto, o pluralismo religioso permite o diálogo entre diferentes tradições e reconhece a importância de perspectivas diversas. Em muitas culturas indígenas e orientais, o respeito à natureza está profundamente enraizado na espiritualidade, fornecendo referências valiosas para um paradigma ecológico alternativo. Por exemplo: A filosofia budista enfatiza a interdependência entre todos os seres, promovendo uma ética de consciência plena permanente, de cuidado e respeito à natureza. Povos originários possuem uma visão integrada do cosmos, na qual humanos e natureza compartilham uma relação de reciprocidade. Movimentos cristãos progressistas têm incorporado uma teologia verde, enfatizando o cuidado com a criação como um princípio fundamental.

Nas últimas décadas, diversos movimentos cristãos progressistas têm incorporado a teologia verde como eixo central de sua práxis pastoral, litúrgica e sociopolítica. Esses movimentos compreendem que a fé cristã não pode se dissociar da defesa da vida em todas as suas formas, especialmente diante do colapso ambiental e da injustiça ecológica que afetam de maneira desproporcional os mais pobres e os povos originários. Inspirados por figuras como São Francisco de Assis, pela teologia da libertação e pela encíclica *Laudato Si'*, do Papa Francisco, iniciativas como o Movimento dos Foculares³, a Pastoral da Ecologia Integral, o Serviço Interconfessional de Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC)⁴ e redes ecumênicas, como a RENAAS (Rede Nacional de Agroecologia e Agroflorestas Solidárias)⁵, articulam espiritualidade, cuidado ambiental e justiça social. Esses grupos promovem formações ecológicas nas comunidades de

3 A espiritualidade do Movimento dialoga com o princípio da conversão ecológica, unindo ação pessoal e comunitária em prol da ecologia integral, segundo os valores de Chiara Lubich.

4 Comissão Inter congregacional conhecida como JPIC, por meio de ações conjuntas de congregações interconfessionais que reúne religiosas e religiosos e promove a integração da Justiça, Paz e Integridade da Criação na vida e missão das congregações e ajuda a transformar o mundo no espírito do Evangelho, unindo contemplação, ação profética e compromisso social.

5 Esse modelo ilustra como redes ecumênicas e inter-religiosas têm mobilizado ações concretas, cultivos agroecológicos, educação ambiental, celebrações litúrgicas e espiritualidade da criação, alinhadas ao princípio de agroecologia e cuidado compartilhado.

base, liturgias ecológicas, ações de reflorestamento, economia solidária e denúncia de políticas extrativistas. Trata-se de um cristianismo comprometido com a Terra, que enxerga na criação não um bem a ser explorado, mas uma expressão viva do mistério divino, exigindo uma conversão ecológica coletiva. Assim, a teologia verde ganha contornos concretos nas práticas pastorais e na ação pública de igrejas comprometidas com a justiça socioambiental, contribuindo para uma ética ecológica inclusiva e decolonial. São iniciativas que podem ser fortalecidas e somadas, jamais ignoradas ou esquecidas nesse diálogo entre as três áreas do conhecimento: teologia pública, decolonização e pluralismo religioso.

É relevante, também notar que nos **movimentos cristãos progressistas**, especialmente dentro da Igreja Católica no Brasil e em iniciativas ecumênicas, a teologia verde (ou ecoteologia) vem se configurando como eixo central de ação comunitária, formação e espiritualidade. A **Pastoral da Ecologia Integral**, presente em diversas dioceses, articula a dimensão litúrgica com práticas concretas, como hortas comunitárias e economia solidária, baseando-se na proposta da **Campanha da Fraternidade de 2025** que afirma: “Ecologia Integral não diz respeito somente à preservação do verde, mas de tudo que nos leva a uma vida de comunhão, respeito e colaboração entre as pessoas e o mundo criado” (Lopes, 2025, s.p.). A CNBB reforça que esta abordagem ecumênica considera “Deus criou tudo com seu olhar amoroso” (CF 2025, n. 12), convidando à “conversão integral” que incorpora práticas de oração, contemplação e educação. Assim, esses movimentos não apenas afirmam um discurso ecológico, mas efetivam uma teologia pública de reconexão com a criação, unindo fé, espiritualidade e ação social no compromisso pela justiça.

Consequentemente, o reconhecimento do pluralismo religioso nos debates ecológicos fortalece a construção de uma agenda mais inclusiva e colaborativa, capaz de enfrentar os desafios ambientais de maneira coletiva e solidária. O pluralismo religioso desempenha um papel fundamental na construção de uma teologia ecológica inclusiva, uma vez que diferentes tradições espirituais possuem ensinamentos sobre o respeito à natureza e a interconexão entre seres vivos. E, a teologia pública pode promover o diálogo entre essas tradições, fortalecendo um compromisso coletivo com a preservação ambiental.

Do mesmo modo, Nadi Almeida, *et al.* (2020, p. 585) ressalva que a visão pluralista quebra pirâmides e desmonta hierarquias, para avançar as barreiras e restrições preconceituosas e excludentes, “porque se baseia na compreensão de que o amor de Deus é abrangente e sem limites e se revela de diferentes maneiras de acordo com as culturas e épocas”. Isso porque, a “visão pluralista parte das questões suscitadas pela percepção das diferenças, da consciência e do respeito aos Direitos Humanos e considera a experiência de diferentes tradições religiosas” (Nadi Almeida, *et al.*, 2020 p. 585).

Deus criou o ser humano como um ser social e as religiões fazem parte das diversas culturas. Logo, a diversidade e pluralidade de culturas e religiões existentes no mundo são parte da criação e da vontade de Deus que quis e quer se comunicar com seu povo. Assim como, Deus não criou seus filhos e filhas para deixá-los abandonados, mas de várias formas se comunicou com eles. Além disso, Deus é amor e em seu amor infinito, fez a salvação possível para todos os povos. Os pluralistas incentivam o diálogo inter-religioso, que tem como metas a partilha da vida e de valores espirituais, que incluem ecológicos.

Essencialmente, o diálogo entre pluralismo religioso e ecologia integral representa uma oportunidade concreta de construção de uma ética ecológica inclusiva, que reconheça a diversidade de expressões espirituais como fontes legítimas de cuidado com a vida e com a Terra. Cada tradição religiosa, a partir de suas cosmologias e práticas, oferece caminhos próprios para o cultivo de uma consciência ambiental mais profunda e solidária. Como destaca Leonardo Boff (2014), a ecologia integral exige uma conversão do olhar que vá além de fronteiras dogmáticas, reconhecendo que todas as formas de vida estão interligadas em uma mesma teia de relações. “Hoje, somos convidados a superar uma visão fragmentada e parcial, assumindo a interligação de todos os seres, na perspectiva de uma nova ética global de responsabilidade e cuidado” (Boff, 2014, p. 75). Assim, ao integrar as vozes de comunidades indígenas, afrodescendentes, cristãs, orientais e tantas outras tradições, o pluralismo religioso amplia o horizonte ético, favorecendo ações concretas de justiça socioambiental. Essa abertura dialógica entre as fés e saberes contribui para superar visões fragmentadas e antropocêntricas, promovendo uma espiritualidade planetária comprometida com a sustentabilidade e a dignidade de todos os seres.

Por fim, tendo abordado a importância do compromisso ecológico nas três áreas de estudo, vamos clarear como

elas em diálogo e práxis podem juntas fortalecer a construção de uma ética ecológica mais inclusiva e real. O que se propõe esta última parte da pesquisa.

TEOLOGIA PÚBLICA, DECOLONIZAÇÃO E PLURALISMO RELIGIOSO NA CONSTRUÇÃO DE UMA ÉTICA ECOLÓGICA INCLUSIVA

A construção de uma ética ecológica inclusiva exige realmente o engajamento da teologia em diálogo com a realidade pública, com as epistemologias decoloniais e com a diversidade religiosa presente nas sociedades contemporâneas. A teologia pública, entendida como reflexão que se insere no espaço comum da vida social e política é instigada a ultrapassar os limites confessionais para contribuir com os debates urgentes do mundo atual, como a crise climática, o racismo ambiental e a degradação da biodiversidade. Nessa perspectiva, ela não apenas é provocada a dialogar com outras ciências e saberes, mas também a se reconectar com práticas e espiritualidades historicamente marginalizadas.

A nosso ver, a teologia pública, ao assumir uma postura decolonial, se compromete com a crítica às estruturas de poder que moldaram a modernidade ocidental e as formas de cristianismo a ela associadas, denunciando a colonialidade do saber e a exclusão das cosmovisões indígenas, africanas e afrodescendentes e de outras tradições espirituais do Sul Global. Isso implica, como defendem autores como Enrique Dussel e Boaventura de Sousa Santos, reconhecer a pluriversalidade dos saberes e a necessidade de um giro epistemológico que valorize os conhecimentos silenciados pelas teologias hegemônicas eurocentradas. Essa inflexão decolonial convida a uma reinterpretação dos próprios fundamentos teológicos à luz do sofrimento da Terra e dos povos historicamente oprimidos.

Conforme Santos (2017, p. 237–238), permanece uma “linha abissal [...] que torna invisíveis ou irrelevantes” os saberes colonizados, precisamente o que a teologia pública deve confrontar. Somando-se a essa perspectiva, Dussel (2019, p. 26) sustenta que “é necessário refazer a teologia como um todo”, movendo seu epicentro para a subjetividade oprimida e abrindo-se à alteridade. Essas declarações, uma enfatizando a crítica à modernidade eurocêntrica, outra propondo uma realocação epistemológica da teologia, oferecem um suporte sólido para argumentar que uma teologia pública com atitude decolonial precisa valorizar a pluriversalidade dos saberes, incluindo aqueles marginalizados pela colonialidade. Destarte, Dussel aponta que a teologia deve deslocar seu centro de poder, colocando as vozes historicamente oprimidas no coração do discurso teológico. A urgência de reconstruir a teologia reconhecendo e dialogando com a alteridade de povos antigos que sofreram a colonização, dos povos originários e com ecologias espirituais diversas. Reconhecer a pluralidade epistemológica, a ecologia de saberes, proposta por Santos (2000; 2009), é a base para uma teologia pública que dialoga horizontalmente com espiritualidades indígenas, africanas e afrodescendentes.

Nesse horizonte, o pluralismo religioso deixa de ser apenas uma coexistência tolerada para tornar-se uma potência ética e espiritual na construção de alternativas. As diferentes tradições religiosas oferecem não apenas discursos sobre o cuidado com a criação, mas práticas concretas de relação respeitosa e recíproca com a natureza. Como afirma Ivone Gebara (2000, p. 20), a ética ecológica nasce das experiências encarnadas dos corpos e territórios silenciados, onde espiritualidade e resistência se entrelaçam. Do mesmo modo, as cosmologias indígenas, como destaca Ailton Krenak (2019, p. 18), nos desafiam a romper com a lógica produtivista e utilitarista da modernidade, propondo uma convivência sensível com todos os seres da Terra.

Assim sendo, com a articulação entre teologia pública, decolonização e pluralismo religioso será possível vislumbrar uma ética ecológica verdadeiramente inclusiva, não apenas por ampliar os sujeitos do discurso teológico, mas por transformar as próprias bases do pensamento. Essa ética não se contenta apenas com reformas institucionais ou discursos de cuidado ambiental, mas propõe uma conversão profunda das formas de ver, sentir e agir no mundo. Uma espiritualidade pública, intercultural e cosmológica, enraizada na dignidade da criação e no compromisso com a justiça planetária. É nesse sentido que vemos a importância da interação entre teologia pública, decolonização e pluralismo religioso a serviço da ética ecológica como um tema crucial no contexto contemporâneo. Pois em um mundo marcado por desafios ambientais urgentes e desigualdades históricas, a teologia pública pode oferecer perspectivas transformadoras ao dialogar com movimentos decoloniais e religiosos diversos.

Adicionalmente, cabe reforçar que a decolonização da teologia permite mais abertura pública e valorização de

saberes indígenas, afrodescendentes e outras cosmologias que historicamente foram marginalizadas, enriquecendo a compreensão da relação entre fé e sustentabilidade. Uma vez que, a decolonização da teologia seja uma proposta de buscar romper com paradigmas eurocêntricos que historicamente moldaram o pensamento religioso, permitindo a valorização de saberes e cosmologias que foram marginalizadas. Esse movimento de interconexão permite reconhecer que a espiritualidade não pode ser reduzida a uma única tradição dominante, mas deve incluir perspectivas diversas que integram a relação entre fé e sustentabilidade, visando o bem da “Casa comum” e consequentemente contribuindo para o bem de todos os seres vivos do planeta.

A teologia pública pode desempenhar um papel fundamental na decolonização das perspectivas ambientais, promovendo um diálogo mais inclusivo e desafiando paradigmas coloniais ao reconhecer e integrar cosmovisões indígenas e afrodescendentes na reflexão teológica. Muitas tradições indígenas possuem uma visão holística da natureza, baseada na interdependência entre seres humano e meio ambiente. Ao incorporar esses saberes, a teologia pública pode enriquecer sua abordagem ecológica.

A decolonização teológica busca romper com essa perspectiva antropocêntrica e exploratória da natureza, promovendo uma espiritualidade que reconheça a sacralidade da Terra e dos seres vivos. Isso envolve a revisão de narrativas teológicas que justificam a dominação da natureza, a inclusão de epistemologias indígenas e afrodescendentes na teologia ecológica e também de questionar e denunciar as estruturas de poder que ainda hoje marginalizam saberes autóctones e afros.

O pluralismo religioso incentiva que diferentes tradições compartilhem suas visões sobre ecologia e espiritualidade. A teologia pública pode desempenhar um papel fundamental ao promover o diálogo entre diferentes tradições religiosas e saberes ancestrais, pode facilitar esse diálogo ao promover encontros entre comunidades religiosas diversas, incentivando trocas de conhecimentos e práticas sustentáveis. O pensamento decolonial ensina que a fé cristã, por exemplo, pode ser ressignificada a partir de novas enunciações que reconheçam a diversidade espiritual e cultural. Esse processo contribui para uma teologia que não apenas explica e ensina, mas também aprende e experimenta novas formas de espiritualidade.

O pluralismo religioso é um ponto de direção quando amplia esse debate, ao reconhecer que diferentes tradições espirituais têm contribuições fundamentais para uma ética ecológica mais inclusiva. Muitas dessas tradições já integram a preservação ambiental em suas práticas e crenças, promovendo um senso de responsabilidade coletiva pela Terra. Portanto, abordar essas questões sob o olhar da teologia pública possibilita não apenas reflexões teóricas, mas também ações práticas para justiça ambiental e social.

Em suma, a teologia pública de mãos dadas com a decolonialidade e o pluralismo religioso, pode com mais força e eficácia atuar diretamente em movimentos de justiça ambiental, apoiando iniciativas de preservação de territórios indígenas e promovendo políticas públicas sustentáveis. Isso inclui o apoio às comunidades indígenas na defesa de seus territórios, e de suas tradições culturais e religiosas. Na mobilização e instrução e conscientização especialmente de lideranças religiosas para promover uma ética ecológica inclusiva *in loco*. E ainda buscar parcerias com organizações ambientais para fortalecer ações de preservação ambiental, cultural e de tradições religiosas locais. Busca conectar fé e sociedade, abordando questões que afetam a vida coletiva, como justiça social, direitos humanos e preservação ambiental. No contexto da ecologia, ela pode promover um olhar ético sobre o cuidado com a natureza, reconhecendo que a crise climática não é apenas um problema técnico, mas também moral e espiritual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos múltiplos desafios que atravessam a contemporaneidade, crise ecológica, injustiças socioambientais, apagamento de saberes originários e fundamentalismos religiosos, torna-se urgente repensar os fundamentos da ética a partir de uma perspectiva inclusiva, plural e decolonial. Este artigo buscou demonstrar como a teologia pública, ao dialogar com os princípios da decolonização e com a teologia do pluralismo religioso, pode oferecer contribuições valiosas para a construção de uma ética ecológica inclusiva, enraizada na justiça, no cuidado e na dignidade da vida em todas as suas formas.

A análise apontou que muitas tradições religiosas já possuem ensinamentos sobre responsabilidade ambiental, e a

teologia pública em diálogo com os pensamentos decoloniais e com o pluralismo religioso, pode amplificar essas vozes para influenciar políticas públicas sustentáveis e práticas comunitárias. Pois, quando inserida no debate decolonial, a teologia pública desafia estruturas eurocêntricas que historicamente marginalizaram saberes indígenas e africanos.

Como destaca von Sinner (2011, s.p.), a teologia pública deve responder às “questões que se colocam nos âmbitos ... científico, político, econômico, ecológico e religioso” por meio de “parâmetros que auxiliem na construção de uma sociedade mais justa e comprometida com o cuidado da vida em seu todo”.

No entanto, apesar de sua relevante contribuição à teologia pública, teóricos da teologia pública não desenvolvem de forma consistente a dimensão ecológica em seus escritos. Embora mencionem brevemente o “âmbito ecológico” entre os desafios contemporâneos, falta um engajamento teológico mais profundo com a crise ambiental e suas implicações espirituais e sociais. Essa omissão fragiliza a proposta de uma teologia pública comprometida com a totalidade da vida, especialmente diante do avanço das teologias ecológicas e dos saberes indígenas e afrodescendentes que compreendem a Terra como ente vivo e sagrado. Assim, a crítica não desmerece sua proposta, mas propõe um alargamento do escopo da teologia pública, incorporando a urgência da conversão ecológica e do cuidado com a Casa Comum. E, para isso, propomos uma aproximação da teologia pública com pensamentos decoloniais e com o pluralismo religioso.

A teologia pública, ao dialogar com os pensamentos decoloniais e com o pluralismo religioso, torna-se um campo fértil para a construção de uma ética ecológica inclusiva. Essa abordagem implica romper com os paradigmas eurocêntricos e antropocêntricos que historicamente moldaram o discurso teológico e sua relação com a natureza, promovendo uma abertura para outras epistemologias, especialmente as provenientes das cosmovisões indígenas, afrodescendentes e das espiritualidades do Sul Global. O pensamento decolonial contribui para desestabilizar as hierarquias entre saberes e valorizar formas de relação com o mundo baseadas na interdependência, na sacralidade da Terra e no cuidado coletivo. O pluralismo religioso, por sua vez, amplia o horizonte ético e espiritual ao reconhecer que diferentes tradições compartilham valores fundamentais como o respeito à vida, a harmonia com a natureza e a justiça social. Assim, a teologia pública, em chave decolonial e plural, torna-se uma via potente para promover um compromisso ecológico que não exclua, mas integre vozes e práticas diversas, fortalecendo uma espiritualidade do cuidado e da solidariedade com toda a criação.

Como afirma Leonardo Boff (1995, p. 9), “o grito da Terra e o grito dos pobres são um só grito”, o que exige da teologia não apenas uma resposta ética, mas uma reinterpretção de seus próprios fundamentos diante da devastação socioambiental.

A decolonização da teologia abre espaço para cosmovisões que veem a Terra como sagrada e interligada à existência humana, promovendo um compromisso profundo com a sustentabilidade. Ao reconhecer e dialogar com essas tradições, a teologia pública pode ajudar a construir uma ética ecológica inclusiva, baseada na diversidade de conhecimentos e experiências. Além disso, esse diálogo epistemológico com atitude e práxis permite que a teologia se torne um espaço de resistência e transformação social, promovendo verdadeiramente uma ética ecológica inclusiva.

Diante da urgência da crise ambiental global, a interseção entre teologia pública, decolonização e pluralismo religioso se apresenta como uma chave para a construção de uma ética ecológica inclusiva. Ao ampliar o diálogo teológico para incluir saberes tradicionais e não ocidentais, abre-se espaço para uma espiritualidade comprometida com a justiça socioambiental. Assim, a articulação entre diferentes tradições religiosas na defesa da sustentabilidade reforça que a preservação do planeta não deve ser vista apenas como uma questão científica ou política, mas também como um imperativo ético e espiritual. Assim, é fundamental que teólogos, lideranças religiosas e ativistas ambientais colaborem na formulação de paradigmas que integrem fé e ação ecológica, promovendo um futuro sustentável para todas as formas de vida.

A teologia pública precisa ter perspectiva decolonial, que faz opção pelas questões ecológicas, combatendo a destruição da casa comum. A teologia pública ao mesmo tempo em que faz oposição e denúncia os desmandos dos que destroem o ecossistema em nome do desenvolvimento, percebe que, como uma das consequências e resquícios da colonização que permeiam a sociedade atual, muitas vezes são pessoas simples e marginalizadas que passam a acreditar nos poderosos, que apenas querem sugar, tirar proveito usando estratégia de dominação e colonização moderna com

poder excludente e seletivo.

Assumir uma teologia pública decolonial implica romper com os paradigmas eurocentrados que silenciaram outras formas de espiritualidade e de relação com a natureza. Significa reconhecer, a pluriversalidade dos saberes, acolhendo as cosmologias indígenas, afrodescendentes e populares como fontes legítimas de espiritualidade, ética e sabedoria ecológica. Aproveitar as teologias verde, ecofeminista e libertadora que também convergem nessa proposta ao denunciar as estruturas de dominação sobre a Terra e sobre os corpos historicamente subalternizados. Além disso, o pluralismo religioso que se revela como potência criadora na elaboração de novos caminhos ético-espirituais. As diversas tradições de fé, indígenas, afro-brasileiras, cristãs progressistas, ecumênicas, que trazem práticas e narrativas que valorizam a reciprocidade com o cosmos, o respeito aos territórios e a sacralidade da criação. Assim como, de movimentos como a RENAAS, a Pastoral da Ecologia Integral, a Rede JPIC e os Focolares quando esses evidenciam que fé, a espiritualidade e o compromisso ecológico podem caminhar juntos na reconstrução de um mundo mais justo e sustentável.

Em síntese, uma ética ecológica inclusiva não será fruto apenas de decisões técnicas ou discursos normativos, mas de uma profunda conversão do olhar, que religue espiritualidade, política, território e cuidado. A teologia pública de mãos dadas à decolonialidade e ao pluralismo religioso, nesse contexto, tem o papel profético de convocar à escuta dos gritos da Terra e dos povos, abrindo-se à sabedoria dos que foram historicamente silenciados. Só assim poderemos adiar, ou mesmo impedir, a destruição do mundo, e reconstruir coletivamente a Casa Comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Nadi Maria de; DIETRICH, Luiz José; DUNNE, Victor; SILVA, Roseane Almeida da; MARQUES, Maria Antônia. Pluralismo religioso e estudo crítico da bíblia: desafios à missão, ao diálogo inter-religioso e às teologias cristãs africanas. *Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral*, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 581–603, set./dez. 2020. DOI: 10.7213/2175-1838.12.003.DS04. Disponível em: file:///C:/Users/nadin/Downloads/Pluralismo_religioso_e_estudo_critico_da_biblia_De.pdf. Acesso em: 13 abri 2025.
- ANPTECRE, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Teologia e Ciências da Religião. *Notícias: International Lecture Series 2025 discute Teologia Pública e Política em um mundo em risco*, 13, Fev., 2025. Disponível em: <https://anptecre.org.br/noticia/international-lecture-series-2025-discute-teologia-publica-e-politica-em-um-mundo-em-risco-lhQK>. Acesso em: 10 Janeiro, 2025.
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CALDAS, Carlos. Desafios da teologia pública para a reflexão teológica na América Latina. *Revista de Cultura Teológica*, n. 88, p. 41–55, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/rct.i88.30936/21427>. Acesso em: 13 abri 2025.
- CIMINELLI, Andreia. Saberes ancestrais e a ecologia dos povos tradicionais: por uma ética da reciprocidade. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 127–144, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15073>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- CUNHA, Carlos Alberto Motta. Teologia e pensamento decolonial: em busca de novos lugares para a enunciação da fé cristã. *Interações*, v. 16, n. 1, p. 132–148, 30 mar. 2021. DOI: 10.5752/p.1983-2478.2021v16n1p132-148. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/interacoes/article/view/23201>. Acesso em: 27 jun. 2025.
- DUSSEL, Enrique. The Epistemological Decolonization of Theology. In: Barreto, R.; Sirvent, R. (org.). *Decolonial Christianities: Latinx and Latin American Perspectives*. Cham: Springer, 2019. p. 25–42. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-24166-7_2. Acesso em: 25 jun., 2025.
- FRANCISCO, Papa. *Carta Encíclica Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. Roma, junto de São Pedro, no dia 24 de Maio – Solenidade de Pentecostes – de 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso 22 jun. 2025.
- GEBARA, Ivone. *Romper o silêncio: uma fenomenologia feminista da criação*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOMES, Francisco F.; SOUZA, Wilson R. Modernidade e pluralismo religioso. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, v. 1, n. 000041, 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/modernidade-e-pluralismo-religioso>. Acesso em: 11, Out., 2024.
- JAHNEL, Claudia; BOCHUM, Ruhr-University. God dwells in Flesh: Decolonial Ecojustice and Planetary: Ethics in the “Anthropocene”. *Scriptura: Revista de Hermenêutica Bíblica, Teológica e Contextual*, v. 122, n. 1, p. 1-24, 2023. Disponível em: file:///C:/Users/nadin/Downloads/God_dwells_in_Flesh_Decolonial_Ecojustice_and_Plan.pdf Acesso em: 23 jun., 2025.

- KNITTER, Paul F. *Introducing Theologies of Religions*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2002.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 18.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, Luiz Jr. CF 2025 propõe conversão para superar as consequências do egoísmo e do consumismo. In: *Fraternidade e Ecologia Integral: Deus viu que tudo era muito bom*, Gn 1,13. Disponível em: cnbbne2.org.br+2campanhas.cnbb.org.br+2campanhas.cnbb.org.br+2. Acesso em: 24 jun., 2025.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira. Teologia e lógicas plurais: desafios e perspectivas para o pensamento teológico latino-americano na atualidade vistos a partir do princípio pluralista. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos São Leopoldo/RS,. *Cadernos Teologia Pública*, Ano XXI – Vol. 22 – Nº 178 – 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/178cadernosteologiapublica.pdf>. Acesso em: 27 mai., 2025.
- RIBEIRO, Claudio de Oliveira; WOLFF Elias. As dimensões de decolonialidade, pluralidade e ecumenicidade do pensar teológico: o potencial crítico-libertador das religiões na América Latina. *Perspectiva Teológica*, v. 55, n. 3, Sep., Dec., 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pteo/a/PdH8KD9xSNsC5Jftsivv5jd/>. Acesso em: 28 mai., 2025.
- SALAZAR, Marilú Rojas. Descolonizando a Teologia: Espiritualidades Panenteístas e Propostas das Epistemologias Ecofeministas do Sul. *Revista de Estudos Feministas em Religião* da Universidade de Indiana Vol. 34, N. 2, p. 92-98, Out., 2018. Disponível em: https://muse.jhu.edu/pub/3/article/703392/pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 23 jun., 2025.
- SANTOS, Boaventura de S. *A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiência*, São Paulo: Cortez, 2000.
- SANTOS, Boaventura de S. *Epistemologias do sul*. Coimbra: Almedina, São Paulo: Cortez 2009.
- SANTOS, Boaventura de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura. S.; MENESES, M. P. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *The Resilience of Abyssal Exclusions in Our Societies: Toward a PostAbyssal Law*. *Tilburg Law Review*, v. 22, n. 1–2, p. 237–258, 2017. Disponível em: <https://tilburglawreview.com/articles/122/files/submission/proof/122-1-241-110-20180717.pdf>. Acesso em: 25 jun., 2025.
- SILVA, Ronaldo. Decolonialidade do saber: as ecologias dos saberes na produção do conhecimento. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 356-364, maio-ago., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/84178/48740>. Acesso em: 29 jun. 2025.
- SINNER, Rudolf von. Teologia Pública – Novas abordagens numa perspectiva global. *Numen*, v. 1, n. 1–2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/numen/article/view/21825>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- SWIDLER, Leonardo. *Cristãos e não-cristãos em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 1988.
- TAVARES, Sinivaldo silva. Amazônia (s): Permanente colonialidade versus Ecologia integral. 36|Amazônia (as): permanente colonialidade versus ecologia integral. *Fronteiras*, Recife, v. 2, n. 1, p. 35-64, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1377/1236>. Acesso em: 22 jun., 2025.
- TAVARES, Sinivaldo silva. A ‘invenção’ do antropocentrismo: uma abordagem decolonial”. *Perspectiva Teológica*, Belo Horizonte, v. 54, n. 2, p. 419-442, Mai./Ago. 2022. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/5008/4859>. Acesso em: 22 jun., 2025.
- ZAMPIERI, Gilmar. A encíclica Laudato Si’ e os animais. In: *Cadernos Teologia Pública*, n. 110, Instituto Humanitas Unisinos (IHU), junho 2016. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/teopublica/110_cadernosteologiapublica.pdf. Acesso em: 12 jun., 2025.
- ZEFERINO, Jefferson; COLET, Raquel de Fátima; VILLAS BOAS, Alex. Religião, educação e direitos: a contribuição da ecologia integral na perspectiva da teologia pública. *Revista Caminhos, Goiânia*, v. 17, n. 3, p. 14-26, jul., dez., 2019. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7311/4294>. Acesso em: 21, jun., 2025.